

**ATA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FORNOS DE ALGODRES, REALIZADA NO DIA TRINTA DE MARÇO
DE DOIS MIL E VINTE E DOIS**

----- Aos trinta dias do mês de março de dois mil e vinte e dois, pelas catorze horas e trinta minutos, realizou-se no Salão dos Paços do Município de Fornos de Algodres, uma Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Fornos de Algodres, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

1 – ORDEM DO DIA -----

- a) Apreciação e votação do Mapa de Fluxos de Caixa de 2021; -----
- b) Proposta de Alteração Modificativa ao Orçamento N.º 1/2022; -----
- c) Proposta de Alteração Modificativa às Grandes Opções do Plano – GOP (PPI e AMR) N.º 1/2022; -----
- d) Relatório de Monitorização do Programa de Ajustamento Municipal do 3.º trimestre de 2021, para conhecimento; -----
- e) Eleição de dois representantes dos Presidentes de Junta para integrar a Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais. -----

2 – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

Aberta a Sessão, a Sra. Presidente da Assembleia cumprimentou os presentes, informando que os membros da assembleia Cristina Maria Baltazar dos Santos, Ana Catarina Albuquerque Tomás e Rui Manuel Ferreira Lopes Furtado informaram via correio eletrónico de que iriam estar ausentes, pedindo a sua substituição. Nesse sentido e, nos termos da lei, foram convocados os membros seguintes da respetiva lista, a estar presentes. Informou, ainda, que o membro Luís Filipe Rodrigues dos Reis, Presidente da Junta de Freguesia de Maceira, se fez representar por Jéssica Rodrigues Andrade, conforme o disposto no artigo N.º 18, alínea c) da Lei N.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Procedeu-se de imediato à chamada dos membros da assembleia, tendo-se verificado as seguintes presenças: Raquel da Conceição Sequeira Batista, Marcos André Lopes Paulo, Luís Miguel Ginja da Fonseca, António José Elvas da Rocha, Marco José Pereira Olival, Teresa Maria de Almeida Rodrigues Pinto, Carlos António Tomás Ferreira, Nélio Alexandre Ferreira Sequeira, Andreia Paula Sanches Ventura, Gonçalo Emanuel de Paraíso Bento, Ana Catarina Freitas Gomes, Marco Paulo Ferreira dos Santos, Francisco Miguel Gomes Inácio, Cláudia Filipa Coelho Farias, André Miguel Santos Brás, Delfim Pereira Rodrigues, Jorge Manuel Almeida Domingues, Álvaro Pedro Ferreira dos Santos, Bruno Filipe Ventura Costa, Daniel Alexandre Sousa Andrade, Jéssica Rodrigues Andrade, Maria João Castanheira Albuquerque, Leandro Manuel Pinto Abade, Vítor Hugo Cardoso Dias, Rui Manuel Andrade Gomes, Augusto António Morais de Carvalho e António Pires Fonseca. -----

Passou-se ao período da Ordem do Dia, tendo ficado acordado que as intervenções incidiriam sobre todas as alíneas em simultâneo e a votação seria feita separadamente. -----

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que o artigo 130.º da Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro, sob a epígrafe “Integração do saldo de execução orçamental” permite que após aprovação do mapa de Fluxos de Caixa,

pode ser incorporado, por recurso a uma revisão orçamental, antes da aprovação dos documentos de prestação de contas, o saldo da gerência da execução orçamental. -----

Interveio o membro da assembleia Marcos Paulo que, após cumprimentar os presentes, referiu que a sua intervenção irá abranger os pontos a), b), c) e d), uma vez que estão interligados. Assim sendo e, após análise aos documentos, constatou que há uma discrepância entre o valor do fluxo de caixa, o valor constante na informação e o valor mencionado no parecer do FAM, acrescentando o facto de, na passada reunião de câmara municipal realizada no dia 24 de março, a Senhora Vereadora Joaquina Domingues ter alertado para essa situação. De acordo com a informação enviada, o saldo de execução orçamental de 2021 era de 1.266.470,61€ e o acréscimo de receita de 348.228,00€, contudo, esse valor não é coincidente com o valor indicado posteriormente, existindo uma diferença de cerca de quarenta mil euros e, nesse sentido, pediu esclarecimentos. Ainda relativamente a esta questão, aludiu ao primeiro parágrafo da informação, nomeadamente onde se lê “A preparação e aprovação do orçamento municipal para o ano 2022, foi elaborado ainda num clima de incerteza, como aconteceu com o orçamento para o ano 2021, em consequência da grave crise sanitária da pandemia do COVID-19”, referindo que o mesmo dá a entender que houve uma ótima gestão, e não é o caso, acrescentando que este acréscimo resulta da não utilização do mesmo no ano passado. De dizer, também, que o Município beneficiou de uma moratória de doze meses e, por conseguinte, não amortizou capital, pagando apenas os juros e, nessa medida, uma parte do valor que vem para aprovação resulta desse facto. Prosseguiu, dizendo que este valor deveria ser canalizado para a conclusão de algumas obras, nomeadamente da Zona Industrial de Juncais, da Escola EB 1 de Figueiró da Granja, das Piscinas Municipais, da melhoria da mobilidade, entre outras. Face ao exposto, solicitou ao Senhor Presidente da Câmara esclarecimentos relativamente ao ponto dezasseis do parecer do FAM e, também, relativamente a algumas dotações, designadamente a dos transportes, pretendendo saber se a mesma já contempla a apreensão de duas viaturas, sendo que uma se destinava à recolha de lixo. -----

Interveio o membro da assembleia Luís Miguel Ginja referindo que, basicamente, estão a apreciar e votar a integração das verbas que não foram gastas em 2021, uma vez que os investimentos a que o Município se propôs não se puderam realizar e, por conseguinte, essas verbas terão de transitar para 2022, questionando o Senhor Presidente se parte dessa verba se destina à requalificação do Bairro do Ténis e se as verbas que estavam previstas para a Cultura, vão ser utilizadas para esse fim. A concluir pretendeu saber a que se deve o valor de cerca de meio milhão de euros destinado aos transportes. -----

Usou da palavra o membro da assembleia Carlos Ferreira para informar que o seu sentido de voto irá ao encontro do que foi explanado na Declaração de Voto Vencido apresentada pela senhora Vereadora do CDS-PP, em reunião de Câmara. -----

Seguiu-se o membro da assembleia Cláudia Farias para assinalar que, sendo o Orçamento um documento previsional, todas as modificações propostas, deverão ser consideradas. Prosseguiu, salientando a boa prática do Município no âmbito da captação de fundos comunitários e na sua aplicação em projetos e, nesse sentido, pretendeu saber se a Câmara Municipal tem algum gabinete responsável na gestão e captação desses fundos, na medida em que aliviam o peso das receitas próprias dos Municípios. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara referiu que as Autarquias têm tido uma gestão criteriosa no uso dos recursos, que se deve, também, ao facto de haver uma estreita colaboração com outros organismos, nomeadamente a Associação Nacional de Municípios Cova da Beira, a Associação Nacional de Municípios Portugueses e a CIMBSE, que alerta para avisos de abertura de concursos e foi nesse âmbito que Fornos de Algodres conseguiu uma candidatura para a aquisição de um autocarro elétrico. -----

Em resposta às questões colocadas pelo membro Luís Miguel Ginja, informou que fizeram uma candidatura ao Programa do 1.º Direito para intervir no Bairro do Ténis, tendo já sido adquiridos os blocos que estavam inacabados, para, posteriormente, serem intervencionados. Relativamente à questão da Cultura referiu que nos últimos anos não foi possível avançar com o Programa “O Alto Mondego” em conjunto com os Municípios de Mangualde, Gouveia e Nelas, prevendo-se a sua concretização ainda este ano. -----

Relativamente às questões do membro Marcos Paulo, o Senhor Presidente afirmou que, de facto, há uns valores incorretos na informação do Chefe de Divisão de Administração Geral, os quais, depois do alerta da Senhora Vereadora Joaquina Domingues em reunião de câmara, foram reconhecidos pelo mesmo. -----

No que concerne à moratória referiu que o Município de Fornos de Algodres foi dos poucos que, à data, não pôde aderir devido à oposição do PSD, prejudicando, deste modo, os munícipes com essa tomada de posição. Informou, também, que a requalificação da EB1 de Figueiró da Granja foi retomada e que as obras referentes à mobilidade têm um prazo de execução de cento e sessenta dias. Quanto à questão das Piscinas Municipais têm feito várias insistências junto da CCDRC e junto da AMCB, para que a entidade que detém a candidatura avance com o processo, uma vez que tem de ser aprovada ainda no corrente ano. No que diz respeito à questão da apreensão das viaturas, o Senhor Presidente fez saber que houve uma denúncia anónima que deu lugar a um auto de contraordenação, acrescentando que essa situação será resolvida, ou através da reparação da viatura ou através da aquisição de uma nova. -----

Em relação às rubricas destacou: -----

Encargos das instalações – 100.000,00€ - deve-se a um erro de classificação que teve de ser alterado e, também, a eletrificações; -----

- Instituições sem fins lucrativos – inclui o Geoparque, a EIP dos Bombeiros Voluntários e os subsídios a atribuir às Associações; -----

- Transportes – aquisição do autocarro elétrico; -----

- Outros trabalhos especializados – Festival Cultural no âmbito do Programa Alto Mondego e outros festivais a realizar; -----

- Viadutos, arruamentos e obras complementares – pavimentações nas várias freguesias do concelho e projetos de ARU’S para Figueiró da Granja e Algodres. -----

Solicitou o uso da palavra o membro da assembleia Marcos Paulo, começando por agradecer os esclarecimentos prestados e referindo que faria todo o sentido uma verba acrescida para as Juntas de Freguesia. Prosseguiu, referindo que as moratórias contribuem para o aumento da dívida e, face a essa evidência, dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara disse-lhe que conte com essa dívida para pagar posteriormente. Em relação à denúncia

anónima referiu que desconhecia e repudia esse tipo de atitude. A concluir questionou se o 1.656.170,23€ diz respeito à não utilização de fundos comunitários, uma vez que existe uma rubrica com um valor específico para esse fim, contudo, não foi utilizado e, por isso, transita para este ano. -----

O Senhor Presidente esclareceu que a moratória apenas aumenta o prazo de pagamento, sublinhando que desde que este Executivo tomou posse, não houve aumento da dívida. -----

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação as alíneas: -

a) Apreciação e votação do Mapa de Fluxos de Caixa de 2021, tendo sido o mesmo aprovado por maioria com nove votos contra da Bancada do PSD e CDS, e dos Presidentes de Junta de Matança, Queiriz, Figueiró da Granja. -----

b) Proposta de Alteração Modificativa ao Orçamento N.º 1/2022, tendo sido o mesmo aprovado por maioria com nove votos contra da Bancada do PSD e CDS, e dos Presidentes de Junta de Matança, Queiriz, Figueiró da Granja. -----

c) Proposta de Alteração Modificativa às Grandes Opções do Plano – GOP (PPI e AMR) N.º 1/2022 tendo sido o mesmo aprovado por maioria com nove votos contra da Bancada do PSD e CDS, e dos Presidentes de Junta de Matança, Queiriz, Figueiró da Granja. -----

d) Relatório de Monitorização do Programa de Ajustamento Municipal do 3.º trimestre de 2021, para conhecimento; -----

Face às obrigações de reporte e de prestação de informação ao Fundo de Apoio Municipal, ao abrigo do art.º 29.º da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto os Relatórios de Monitorização do Programa de Ajustamento Municipal relativos ao 3.º trimestre de 2021 devem ser enviados para conhecimento ao Órgão Deliberativo. -----

Dado que sobre esta matéria não é exigível qualquer votação, a Assembleia Municipal tomou conhecimento. ----

Passou-se de imediato à alínea e) da ordem do Dia: **e) Eleição de dois representantes dos Presidentes de Junta para integrar a Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais.** -----

O membro da assembleia Marco Santos propôs que cada bancada indicasse um elemento para integrar a referida Comissão, de modo a ficar representada com pessoas devidamente qualificadas. -----

Por sua vez, a Bancada do PS indicou dois Presidentes de Junta, nomeadamente o Presidente da Junta de Freguesia de Infias, Daniel Alexandre Sousa Andrade e o Presidente da Junta de Freguesia de Maceira, Luís Filipe Rodrigues dos Reis. -----

Solicitou o uso da palavra o membro da assembleia Marcos Paulo sugerindo que fosse indicado um elemento de cada bancada e, assim sendo, indicou para integrar a referida Comissão, a Presidente da Junta de Freguesia da Matança, Maria João Castanheira Albuquerque. -----

Procedeu-se à votação por escrutínio secreto, tendo-se obtido os seguintes resultados: -----

Votantes – 27 -----

Daniel Alexandre Sousa Andrade – 27 votos -----

Luís Filipe Rodrigues dos Reis – 17 votos -----

Maria João Castanheira Albuquerque – 10 votos -----

Decorrida a votação, foram eleitos para representar a Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais, os Presidentes das Juntas de Freguesia de Infias, Daniel Alexandre Sousa Andrade e o Presidente da Junta de Freguesia de Maceira, Luís Filipe Rodrigues dos Reis. -----

Não havendo intervenções por parte do público e nada mais a tratar, a Sra. Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a aprovação em minuta das deliberações tomadas, tendo obtido a unanimidade dos presentes; depois de lida, a referida minuta foi aprovada por unanimidade e assinada pelos membros da Mesa da Assembleia. A Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada nos termos da Lei. -----

A Presidente



A Primeira Secretária



O Segundo Secretário


